



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Deliberação:

PLL Nº 66/2026

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO

DATA DE PROTOCOLO: 17/09/2026

Cód. 03.00.02.06 · VC · P

Data: ____/____/____

Norma:

Assinatura

Ementa (assunto):

Institui a Política Pública de Mobilidade voltada à implantação de vagas especiais de parada rápida destinadas ao embarque e desembarque de passageiros de veículos utilizados no serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros intermediado por plataformas digitais no Município de Jacareí, e dá outras providências.

Autoria:

Vereador Siufarne do Cidade Salvador.

Distribuído em:

18/09/2026

Para as Comissões:

Prazo das Comissões:

Prazo fatal:

Turnos de votação:

Observações:

Anotações:

18/09/2026 - Projeto distribuído e encaminhado ao Jurídico (Prazo: 29/09/2026).

PROJETO DE LEI Nº 66 /2026



Institui a Política Pública de Mobilidade voltada à implantação de vagas especiais de parada rápida destinadas ao embarque e desembarque de passageiros de veículos utilizados no serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros intermediado por plataformas digitais no Município de Jacareí, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Jacareí, a Política Pública de Mobilidade voltada à implantação de vagas especiais de parada rápida destinadas exclusivamente ao embarque e desembarque de passageiros de veículos utilizados no serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros intermediado por plataformas digitais, observadas as normas de trânsito e de mobilidade urbana vigentes.

Parágrafo único. As vagas de que trata esta Lei poderão ser identificadas pela denominação “Vaga Azul – Embarque e Desembarque por Aplicativo”, ou outra denominação definida pelo Poder Executivo.

Art. 2º As vagas especiais previstas nesta Lei terão como objetivos:

I – organizar o embarque e desembarque de passageiros de veículos de transporte individual privado intermediado por aplicativos;

II – reduzir paradas irregulares, especialmente em fila dupla, faixas de circulação, esquinas e locais que comprometam a segurança viária;

III – melhorar a fluidez do trânsito e a circulação de veículos e pedestres;

IV – proporcionar maior segurança aos passageiros, motoristas e demais usuários das vias públicas;

V – promover a utilização organizada e racional do espaço viário;

VI – adequar a infraestrutura urbana ao crescimento dos serviços de mobilidade intermediados por plataformas digitais.

Art. 3º As implantações das vagas devem observar critérios técnicos de engenharia de tráfego, mobilidade urbana, segurança viária e interesse público, considerando, preferencialmente:

I – a existência de elevado fluxo de passageiros;

II – a concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços;

III – a proximidade de hospitais, unidades de saúde e demais equipamentos públicos;

IV – a proximidade de instituições de ensino;

V – terminais e pontos de integração do transporte público;

VI – mercados, supermercados, centros comerciais e shopping centers;

VII – locais de realização de eventos de grande concentração de público.

Art. 4º As vagas especiais possuem caráter rotativo e de curta duração, destinando-se exclusivamente às operações de embarque e desembarque de passageiros.

§ 1º O veículo deverá permanecer no local somente pelo período necessário para a realização do embarque ou desembarque.

§ 2º As vagas não poderão ser utilizadas como pontos de estacionamento ou espera de chamadas de passageiros.

§ 3º O Poder Executivo poderá estabelecer, por regulamentação, o tempo máximo de permanência, observado o limite necessário à finalidade de parada rápida e a realidade de cada local.

Art. 5º A utilização das vagas deverá observar as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, das resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e das demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. A utilização irregular das vagas sujeitará o infrator às medidas administrativas e penalidades previstas na legislação de trânsito, quando cabíveis.

Art. 6º A implantação das vagas deverá ser acompanhada de sinalização vertical e horizontal adequada, observadas as normas técnicas de trânsito vigentes.

Parágrafo único. A sinalização deverá indicar, de forma clara e visível:

- I – a finalidade exclusiva da vaga;
- II – o caráter de parada rápida;
- III – o tempo máximo de permanência estabelecido para o local;
- IV – a vedação à utilização da vaga para estacionamento ou espera.

Art. 7º O Poder Executivo poderá estabelecer a implantação das vagas de forma gradual e experimental, priorizando inicialmente os locais que apresentem maior demanda e maior ocorrência de paradas irregulares de veículos utilizados no transporte por aplicativos.

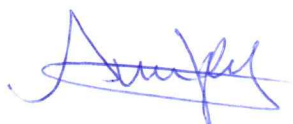
§ 1º A implantação experimental poderá ser submetida a avaliação técnica após período determinado pelo órgão municipal competente.

§ 2º A partir dos resultados obtidos, o Poder Executivo poderá ampliar, reduzir, remanejar ou adequar as vagas implantadas, sempre observados critérios técnicos e o interesse público.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Câmara Municipal de Jacareí, 17 de setembro de 2026



SIUFARNE DO CIDADE SALVADOR

Vereador – PL

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo estabelecer diretrizes para a implantação de vagas especiais de parada rápida destinadas ao embarque e desembarque de passageiros de veículos utilizados no serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros, intermediado por plataformas digitais, no Município de Jacareí.

A proposição está inserida no contexto de uma política pública municipal de mobilidade urbana, voltada à organização democrática, segura e eficiente do espaço público, considerando as transformações ocorridas nos últimos anos nos hábitos de deslocamento da população.

Os serviços de transporte individual privado remunerado intermediados por plataformas digitais já integram a rotina de mobilidade dos municípios brasileiros, sendo utilizados diariamente por trabalhadores, estudantes, idosos, pessoas com deficiência, pacientes, consumidores e demais cidadãos.

Essa realidade produz novos desafios para a organização do trânsito e para a utilização do espaço urbano, especialmente em regiões de elevada concentração de atividades comerciais, serviços, equipamentos públicos, unidades de saúde, instituições de ensino e áreas de grande circulação de pessoas.

Atualmente, em diversos pontos do Município, o embarque e desembarque de passageiros ocorre de maneira improvisada, muitas vezes em locais inadequados, junto ao meio-fio de vias movimentadas, em fila dupla ou em áreas que interferem na circulação de veículos, ciclistas e pedestres.

Além dos prejuízos à fluidez do trânsito, a ausência de locais organizados pode representar risco à segurança viária, especialmente quando o passageiro precisa embarcar ou desembarcar diretamente na faixa de circulação ou quando o motorista necessita realizar manobras em locais de intensa movimentação.

Dessa forma, a presente proposta busca organizar uma realidade de mobilidade que já existe, adequando a utilização do espaço público às novas formas de deslocamento adotadas pela população.

Não se pretende criar privilégio ou exclusividade em favor de determinada empresa, aplicativo ou plataforma digital. A proposta adota conceito amplo e impessoal, abrangendo os veículos utilizados no transporte individual privado remunerado de passageiros intermediado por plataformas digitais, independentemente da empresa ou aplicativo utilizado.

Também não se pretende transformar os espaços em estacionamentos, pontos permanentes de espera ou locais destinados à permanência de veículos. As vagas terão finalidade específica de embarque e desembarque, com utilização rotativa e por período reduzido, de modo a preservar a função viária e evitar a apropriação indevida do espaço público.

A política proposta deverá priorizar a segurança viária, a acessibilidade, a fluidez do trânsito, a racionalização do uso do espaço urbano e a proteção dos usuários mais vulneráveis das vias públicas.

A implantação dos espaços deverá observar avaliação técnica do Poder Executivo, considerando, entre outros fatores, o fluxo de veículos e pedestres, a demanda existente, as características físicas e operacionais da via, a segurança viária, a acessibilidade, a proximidade de polos geradores de viagens e os impactos sobre a circulação.

Poderão ser considerados, conforme estudos técnicos, locais como a região central, centros comerciais, hospitais, unidades de saúde, instituições de ensino, supermercados, equipamentos públicos, terminais, áreas de lazer e locais destinados à realização de eventos.

A proposta, portanto, não determina previamente a quantidade, localização ou implantação concreta das vagas, justamente para preservar a competência administrativa do Poder Executivo na realização dos estudos técnicos e na definição dos locais mais adequados.

Trata-se, assim, de uma norma que estabelece objetivos, diretrizes e parâmetros de interesse público, deixando para a Administração Pública a definição dos aspectos técnicos e operacionais necessários à sua implementação.



DA POLÍTICA PÚBLICA DE MOBILIDADE URBANA

A iniciativa também se fundamenta na necessidade de o Município acompanhar a evolução dos padrões de deslocamento da população.

A mobilidade urbana não se resume à circulação de veículos. Ela envolve a organização do espaço público, a segurança das pessoas, a acessibilidade, a eficiência dos deslocamentos e a adequada convivência entre diferentes modalidades de transporte.

Nesse sentido, a criação de espaços específicos para embarque e desembarque pode contribuir para uma utilização mais racional do sistema viário, reduzindo paradas irregulares, interferências na circulação, conflitos entre veículos e pedestres e situações de risco decorrentes da ausência de locais apropriados.

A medida também possui caráter de ordenamento urbano e prevenção, na medida em que busca antecipar e organizar situações que já ocorrem cotidianamente nas vias municipais, em vez de simplesmente reagir às irregularidades depois de ocorridas.

A política pública proposta, portanto, não busca beneficiar exclusivamente os motoristas de aplicativos. Seu principal destinatário é a coletividade, uma vez que a organização do embarque e desembarque repercute diretamente sobre passageiros, pedestres, motoristas particulares, transporte coletivo, comércio local e sobre a própria fluidez do trânsito.

DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E DA INICIATIVA PARLAMENTAR

Importante destacar, ainda, que a presente proposição foi estruturada de modo a respeitar a separação dos Poderes e a competência administrativa do Poder Executivo.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o ARE 878.911/RJ, sob o regime da repercussão geral (Tema 917), firmou entendimento no sentido de que:

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.”

A orientação do Supremo estabelece importante parâmetro para a análise da iniciativa legislativa municipal: a iniciativa parlamentar não é afastada simplesmente pelo fato de a lei estabelecer uma política pública ou eventualmente gerar despesas para a Administração. O impedimento ocorre quando a proposição interfere propriamente na estrutura administrativa, nas atribuições dos órgãos do Poder Executivo ou no regime jurídico dos servidores públicos.

É precisamente essa distinção que orienta a presente proposição.

O Projeto de Lei não cria secretaria, departamento, órgão ou cargo público; não extingue ou modifica órgãos da Administração; não estabelece atribuições internas a servidores; não altera regime jurídico funcional e não determina a execução administrativa de uma obra ou serviço específico em local previamente definido.

Ao contrário, estabelece diretrizes gerais de interesse coletivo relacionadas à mobilidade urbana, deixando ao Poder Executivo, dentro de sua esfera administrativa, a realização dos estudos, a definição dos locais e a regulamentação dos aspectos operacionais.

A própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem reconhecendo a constitucionalidade de iniciativas parlamentares que estabelecem políticas públicas sem interferir na estrutura administrativa ou no regime jurídico dos servidores, reafirmando os parâmetros estabelecidos no Tema 917.

Assim, a presente proposição não pretende substituir o Poder Executivo em suas funções administrativas, mas exercer a competência legislativa própria do Município para estabelecer diretrizes de interesse local e de organização da

mobilidade urbana, cabendo à Administração, posteriormente, avaliar a viabilidade técnica e operacional de sua implementação.

A criação de espaços organizados para embarque e desembarque poderá produzir benefícios concretos para a mobilidade urbana de Jacareí, especialmente mediante:

- redução de paradas irregulares e em locais de risco;
- melhoria da fluidez do trânsito;
- aumento da segurança de passageiros e motoristas;
- redução de conflitos entre veículos e pedestres;
- melhor organização do espaço público;
- incentivo à utilização ordenada dos serviços de transporte individual privado;
- melhoria das condições de acessibilidade e deslocamento;
- maior previsibilidade e segurança nos locais de embarque e desembarque.

A proposta também permite que o Município acompanhe a evolução das novas tecnologias e dos novos modelos de transporte, sem deixar de preservar a competência do Poder Público para organizar e fiscalizar a utilização das vias municipais.

A proposta apresentada também encontra respaldo em experiências já adotadas por outros municípios brasileiros, especialmente no Estado de São Paulo, demonstrando que a criação de espaços específicos para embarque e desembarque de passageiros de veículos utilizados no transporte por aplicativo constitui medida concreta de organização da mobilidade urbana.

No Município de Caçapava, localizado no Vale do Paraíba, a Prefeitura implantou pontos específicos para embarque e desembarque de passageiros de veículos de aplicativo, inclusive na região central. Foram criadas vagas na Praça da Bandeira, com utilização por até 15 minutos, mediante sinalização e acionamento do pisca-alerta, tendo como objetivos declarados a organização do fluxo de veículos e o aumento da segurança para motoristas e passageiros. A

Administração Municipal informou, ainda, a intenção de ampliar os pontos conforme a demanda e o fluxo de pessoas.

Também no Estado de São Paulo, o Município de Poá implantou as denominadas “Faixas Verdes”, destinadas a pontos de embarque e desembarque exclusivos para motoristas de aplicativo. As primeiras vagas foram instaladas em frente à Estação Poá da CPTM, com cinco vagas de curta permanência e limite de dois minutos, justamente para permitir o embarque e desembarque com segurança e evitar a utilização desses espaços como estacionamento ou local de espera por chamadas. A própria Administração Municipal informou que novos locais seriam estudados de acordo com a demanda e o fluxo de pessoas.

No Município de Arujá, a medida também foi transformada em legislação municipal. A Lei Municipal nº 3.431/2021, originada de projeto de lei de iniciativa parlamentar, estabeleceu regras para o embarque e desembarque de passageiros que utilizam aplicativos de transporte e previu locais específicos para implantação dos pontos, incluindo hospitais, equipamentos de saúde, unidades escolares, terminal rodoviário e outros locais de grande circulação.

Outro exemplo relevante é o Município de Santa Isabel, também na Região Metropolitana de São Paulo, onde a Câmara Municipal aprovou, em 2025, projeto destinado à criação de vagas específicas para embarque e desembarque de passageiros de transporte individual remunerado solicitado por aplicativos, plataformas digitais e similares. A proposta prevê sinalização própria e estabelece tempo máximo de cinco minutos para utilização da vaga, contemplando como locais preferenciais hospitais, estabelecimentos de ensino, terminal rodoviário e áreas de grande circulação.

Em São Paulo, a própria Administração Municipal também adotou solução semelhante, especialmente no Aeroporto de Congonhas, mediante a criação da Zona de Embarque de Aplicativos (ZEA). A regulamentação municipal estabeleceu locais delimitados e sinalizados para o embarque de passageiros de veículos cadastrados em plataformas de transporte, condicionando sua utilização à aprovação da autoridade de trânsito competente.

Essas experiências demonstram que a organização de espaços destinados ao embarque e desembarque de passageiros de aplicativos já vem sendo utilizada como instrumento de gestão do espaço viário, segurança de trânsito, fluidez da circulação e melhoria da mobilidade urbana.

A medida proposta para Jacareí, portanto, não constitui inovação isolada ou criação de benefício direcionado a determinada empresa. Trata-se da adoção, em âmbito municipal, de uma solução de mobilidade que já vem sendo experimentada e implementada por diferentes cidades, com adequações às características locais e mediante avaliação técnica do órgão responsável pelo trânsito.

A existência dessas experiências, inclusive em municípios próximos de Jacareí, como Caçapava, reforça a pertinência da discussão e demonstra a possibilidade de adoção de mecanismos semelhantes em nosso Município, respeitadas as particularidades do sistema viário local.

Nesse sentido, a proposta busca inserir Jacareí no movimento de modernização das políticas municipais de mobilidade urbana, reconhecendo que os serviços de transporte individual privado intermediados por plataformas digitais já integram a realidade cotidiana de deslocamento da população e, por isso, devem ser considerados no planejamento e na organização do espaço público.

Importante destacar que a proposta não determina a instalação automática de vagas em locais previamente definidos. A exemplo das experiências acima mencionadas, a implantação deverá observar critérios técnicos, demanda, fluxo de veículos e pedestres, segurança viária, acessibilidade e interesse público, permitindo que o Poder Executivo estabeleça os locais mais adequados para sua efetivação.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei representa uma iniciativa de modernização da política municipal de mobilidade urbana, buscando conciliar inovação, segurança viária, organização do espaço público e interesse coletivo.

Não se trata, portanto, de conceder vantagem a determinado aplicativo ou categoria empresarial, mas de estabelecer diretrizes para que uma atividade de

transporte já incorporada ao cotidiano da população seja compatibilizada com o planejamento urbano e com a segurança de todos os usuários das vias públicas.

Por todo o exposto, considerando o interesse público da matéria, sua relevância para a mobilidade urbana e a necessidade de adequação do espaço público às novas formas de deslocamento da população, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Câmara Municipal de Jacareí, 17 de setembro de 2026



SIUFARNE DO CIDADE SALVADOR – PL